

DE DEGENERADOS E AVENTUREIROS A FORTES E PORTADORES DA BRASILIDADE: A REABILITAÇÃO DOS TRABALHADORES NORDESTINOS DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930-1940)

Pedro Jardel Fonseca Pereira*

320

Resumo: Os trabalhadores migrantes nordestinos aparecem em alguns discursos da Revista do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), imprensa do governo de Getúlio Vargas, como um sujeito avesso ao trabalho, perverso, aventureiro, degenerado biologicamente e doente. No entanto, também é possível identificar uma perspectiva de reabilitação e valorização desse sujeito, como o portador da brasilidade, forte, corajoso, ativo e conquistador. Neste sentido, o objetivo deste artigo é identificar as vertentes de pensamentos que cada uma dessas interpretações se alinhava e analisar o motivo que levou os nordestinos a serem valorizados nos discursos do governo. As informações obtidas na *Revista do CIC* foram analisadas com base na *Análise do Discurso*. Por um lado, os intelectuais colaboradores da Revista eram adeptos de teorias raciais e interpretavam os nordestinos como aventureiros e degenerados biologicamente. Por outro, atuavam os partidários do sanitarismo que defendiam que não era a raça que causava a morbidade e as doenças nos nordestinos, mas sim os fatores sociais, a falta de proteção, higiene e educação.

Palavras-chave: trabalhadores migrantes nordestinos; racismo científico; Conselho de Imigração e Colonização.

FROM DEGENERATES AND ADVENTURERS TO STRONG AND BEARERS OF BRAZILIANITY: THE REHABILITATION OF NORTHEAST WORKERS DURING THE VARGAS GOVERNMENT (1930-1940)

Abstract: Northeastern migrant workers appear in some speeches in the Revista do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), a press run by the government of Getúlio Vargas, as individuals averse to work, perverse, adventurous, biologically degenerate and sick. However, it is also possible to identify a perspective of rehabilitation and valorization of this subject, as the bearer of Brazilianness, strong, courageous, active and conqueror. In this sense, the objective of this article is to identify the strands of thought that each of these interpretations aligned with and to analyze the reason that led northeasterners to be valued in government speeches. The information obtained from the CIC Magazine was analyzed based on Discourse Analysis. On the one hand, the intellectuals who contributed to the Magazine were supporters of racial theories and interpreted the Northeasterners as adventurous and biologically degenerate. On the other hand, there were supporters of sanitarianism who argued that it was not race that caused

* Professor da Educação Básica do Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Doutorando em História pela (UFJF). E-mail: fpedrojardel@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0001-9949-7157

morbidity and diseases in the Northeast, but rather social factors, the lack of protection, hygiene and education.

Keywords: Northeastern migrant workers; scientific racism; Immigration and Colonization Board.

DE DEGENERADOS Y AVENTURADORES A FUERTES Y PORTADORES DE LA BRASILIANIDAD: LA REHABILITACIÓN DE LOS TRABAJADORES DEL NORESTE DURANTE EL GOBIERNO DE VARGAS (1930-1940)

Resumen: Los trabajadores migrantes del Nordeste aparecen en algunos discursos de la Revista do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), editorial del gobierno de Getúlio Vargas, como individuos reacios al trabajo, perversos, aventureros, biológicamente degenerados y enfermos. Sin embargo, también es posible identificar una perspectiva de rehabilitación y valorización de este sujeto, como portador de la brasilidad, fuerte, valiente, activo y conquistador. En este sentido, el objetivo de este artículo es identificar las corrientes de pensamiento con las que se alineó cada una de estas interpretaciones y analizar la razón que llevó a los nordestinos a ser valorados en los discursos gubernamentales. La información obtenida de la Revista CIC fue analizada con base en el Análisis del Discurso. Por un lado, los intelectuales que colaboraban en la Revista eran partidarios de las teorías raciales e interpretaban a los nordestinos como aventureros y biológicamente degenerados. Por otro lado, hubo partidarios del sanitarismo que argumentaron que no era la raza la que causaba morbilidad y enfermedades en el Nordeste, sino los factores sociales, la falta de protección, higiene y educación.

Palabras clave: Trabajadores migrantes del Nordeste; racismo científico; Junta de Inmigración y Colonización.

Introdução

Os intelectuais brasileiros, senão todos, pelo menos a maioria deles, durante algumas décadas olhavam os brasileiros através da “lupa” das teorias estrangeiras, como o Evolucionismo, a Eugenia e o Racismo Científico.¹ Ao averiguar essas ideias produzidas a partir dessas compreensões, constatamos uma população composta pelos brancos, os negros, os indígenas e os mestiços.² Para alguns pensadores, este último grupo era do ponto de vista biológico e

¹ Importante esclarecer que está em análise leva em consideração os intelectuais ligados ao governo ou mesmo atuantes nesse período, os quais suas discussões estavam ligadas às questões raciais, (I)migração e trabalho. Pois, outros pensadores tiveram atuações efetivas durante o governo Vargas. Dentre eles: Francisco Campos, Almir de Andrade, Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos.

² Para Kabengele Munanga, a ideia da mestiçagem surgiu do entendimento de que o mestiço era resultado da corrupção do sangue branco, que tinha se misturado com o sangue das bestas, ou seja, dos animais: “Se o homem de cor é um degenerado, a mestiçagem é o instrumento da contaminação” (Munanga, 2019, p. 39).

cultural a pior das espécies, sendo que a maior parte da população brasileira desse período era mestiça. Esta constatação, de acordo com alguns estudiosos, explicava a razão do atraso no desenvolvimento do Brasil, sobretudo economicamente, ou seja, a justificativa era baseada na inferioridade biológica da população. Por exemplo, o brasileiro não era considerado um trabalhador ideal, pois além de ser um povo “antieconômico”, era física e mentalmente degenerado. Pois, o negro era suscetível as doenças e com o coeficiente intelectual baixo, o indígena indolente, preguiçoso e o mestiço eram perverso, ocioso e aventureiro. O branco que era superior a todos aqueles, não conseguiam alavancar sozinho o “progresso” almejado.

Parte dos intelectuais colaboradores da Revista do Conselho de Imigração e Colonização, a exemplo de Roquette-Pinto e Artur Ramos dentre outros, argumentavam que a razão do brasileiro ser um povo de aparência mórbida e doente não era por motivos raciais, mas devido aos fatores sociais, higiene, falta de proteção do Estado e ausência de educação. Alguns desses pensadores eram sanitaristas, por isso entendiam que o problema não era o brasileiro, mas a ausência de condições sanitárias adequadas. Para fundamentar suas ideias citavam como exemplo, o trabalho dos médicos sanitaristas: Belisário Penna, Miguel Pereira e o etnólogo Arthur Neiva, os quais foram os primeiros a realizar um diagnóstico epidemiológico do Nordeste e concluir que o “Brasil estava doente”. Essa compreensão foi fundamental na virada de chave interpretativa sobre o perfil do Brasileiro, pois a partir de um novo viés ficava comprovado que, sobretudo o mestiço não era um sujeito degenerado, mas sim doente, até mesmo forte e resistente, devido às condições precárias às quais ele sobrevivia

Outro fator que também contribuiu para que o brasileiro nordestino tornasse o trabalhador ideal estava relacionado com a nova política adotada por Getúlio Vargas, em relação a valorização da mão de obra nacional e as restrições impostas a imigração estrangeira. As novas decisões estavam relacionadas ao projeto de nacionalização e desenvolvimento interno do Brasil. O qual tinha como propósito expandir as fronteiras agrícolas, o que ocorreu por meio da *Marcha para o Oeste*, a fundação de novas colônias agrícolas, a colonização orientada e o fornecimento de mão de obra para o Norte e o Sul do Brasil. Inclusive diante das barreiras impostas a imigração, os paulistas pressionavam o governo para que providenciasse trabalhadores para suas lavouras. Nesse sentido, recorreu-se aos estados do Nordeste do Brasil que, já eram um fornecedor de mão de obra, em períodos anteriores, para outras regiões. Os próprios nordestinos enxergavam na migração temporária uma possibilidade para buscar melhores condições de vida, uma dinâmica que conceitualmente é compreendida por alguns historiadores como *reprodução social* das famílias nordestinas.

O objetivo deste artigo é identificar as vertentes de pensamentos que cada uma dessas perspectivas citadas se alinhava e analisar o motivo que levou o nordestino a ser valorizado nos discursos do governo. Nesse sentido, questionamos, o porquê de Getúlio Vargas adotar um discurso sobre o trabalhador brasileiro, inclusive em contradição com um viés científico baseado nas teorias raciais ainda fortemente predominante no Brasil? Pois, o próprio Oliveira Vianna, um dos idealizadores do CIC, interpretava de maneira negativa o negro, o indígena e o mestiço. A hipótese viabilizada por meio das fontes e da análise realizada indica que, se por um lado, estava em curso a política de nacionalização do trabalho, e o trabalhador nordestino era a mão de obra mais abundante, já acostumados com os deslocamentos, no entanto ele era um sujeito mestiço, considerado degenerado, doente e descendia de uma região também considerada por alguns discursos como ‘atrasada’, ou seja, o Nordeste. Por outro, era necessário elaborar um discurso onde esse sujeito fosse reabilitado à condição de trabalhador ideal. Isto é, em condições físicas e intelectuais de assumir a força de trabalho que moveria o país, outrora ocupada pelo trabalhador estrangeiro. No entanto, era necessário mudar não apenas a percepção sobre a origem étnico-racial e cultural, mas oferecer melhores condições de trabalho, direitos sociais e uma adequada estrutura médico-sanitária para o brasileiro.

Para a viabilização e fundamentação deste estudo recorreremos a Mônica Pimenta Velloso em *Estado Novo: ideologia e poder*, e seus esclarecimentos sobre o projeto ideológico do governo durante o Estado Novo e o papel dos intelectuais produtores e divulgadores dos discursos de Vargas. As ideias expressas por Ângela de Castro Gomes, também na citada obra, evidenciam como o trabalho e o trabalhador foram reabilitados nesse período. Pois o progresso do país dependia de uma nova política de valorização da mão de obra interna, o controle da (i)migração e a criação de uma política social, médico-sanitária e legislações voltadas para o trabalhador. Pois a melhoria das condições de vida, implicava em um sujeito mais produtivo.

Alguns autores e obras também foram fundamentais nas discussões sobre a Eugenia, o Racismo Científico e o Evolucionismo, os quais eram teorias de matriz europeia, as quais tiveram uma ampla recepção entre intelectuais brasileiros. A exemplo citamos, Vanderlei Sebastião de Souza em, *As Ideias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras; Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)* e Pietra Diwan em, *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. Assim como Elisabete Kobayashi; Lina Faria e Maria Conceição da Costa em *Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional*. Segundo estes pesquisadores, os intelectuais interpretaram a partir

dessas concepções não só a origem, como também buscaram entender o motivo do brasileiro ser inferior racialmente. O que justificava inclusive o fato do Brasil não se desenvolver economicamente, pois tinha uma população degenerada biologicamente. Embora, como é lembrado por Roberto Ventura, também existiam aqueles intelectuais que buscavam valorizar os aspectos originais, ou seja, as raízes da população brasileira como a mestiçagem. Para entender mais de perto a atuação desses pensadores recorreremos às pesquisas de Ricardo Sequeira Bechelli em, *Metamorfoses na Interpretação do Brasil: tensões no paradigma racial (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna)* e Cícero João da Costa Filho em, *Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvia Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira*. E o contexto sanitário foi analisado a partir da contribuição de Carlos Fidelis Pontes, Simone Petraglia Kropf; Nísia Trindade Lima em, *O sanitarismo (re)descobre o Brasil*. Importante obra para entender a temática.

No âmbito das migrações Rosana Baeninger em, *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*, nos possibilita entender a dinâmica da política imigratória no sentido de formar no Brasil uma mão de obra livre, o que foi realizado com a vinda de trabalhadores estrangeiros. Mas que tinham como propósito também o branqueamento da população. Oldair da Cruz Paiva Cruz em, *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno* nos esclarece sobre a reedição da política migratória por Getúlio Vargas. O trabalhador nacional passou a ser valorizado enquanto mão de obra e a migração passou a ser incentivada, seja para o Sul do Brasil como para a região Norte, mas de forma controlada e orientada. Enquanto, Paulo Roberto Ribeiro Fontes em, *Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)*, o historiador chegou a conclusão que a maioria dos migrantes nordestinos também migravam por temporadas, retornando para suas regiões de origem depois de um certo período. O que foi conceitualmente categorizado como processo de reprodução social das famílias.³ Segundo Fontes (2002), os fatores econômicos tinham suas influências nesse contexto, mas eles não eram exclusivos, pois os trabalhadores também foram agentes nesse processo. E por fim, Ângela de Castro Gomes em, *A Construção do Homem Novo* faz importantes elucidaciones sobre como a migração nordestina, durante o governo Vargas, ganhou um caráter positivo e favorável ao desenvolvimento do Brasil. Por exemplo, o nordestino

³ Essa perspectiva já era utilizada desde da década de 1980 por Marilda Aparecida de Menezes em sua dissertação de mestrado: *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho de 1985*, dentre outros autores.

passou a ser visto como o bandeirante da retomada nacional, o portador da brasilidade que o Sul tinha perdido com as influências da imigração.

A fonte que subsidia essa investigação foi a Revista do Conselho de Imigração e Colonização, porta-voz oficial do governo para os assuntos relacionados à (i)migração e a colonização. Essa imprensa foi fundada em 1940, logo após a criação do CIC, por meio do Decreto-Lei n. 406, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas. Em suas tiragens, eram publicados cerca de 800 a 1.000 exemplares, entre 124 e 252 páginas, permanecendo ativa até o ano de 1952. Em relação ao seu conteúdo, era a maioria composto de decretos, relatórios, artigos, legislação, estatísticas, pareceres e circulares do CIC, noticiário sobre livros e revistas, e publicação de textos em inglês e francês.⁴ Os membros atuavam de maneira técnica, de acordo com a lei, além disso exerciam a função de coordenação em outros órgãos que se ocupavam de questões relacionadas à (i)migração e a colonização no Brasil (Fleury, 2021). A autora ainda ressalta que, “escreviam nas páginas da RIC outros funcionários do governo federal, políticos, militares, policiais, sociólogos, geógrafos e médicos. Eles debatiam, a partir de diversos pontos de vista, a questão da imigração” (Fleury, 2021, p. 17).

As publicações eram diversificadas, abordando assuntos ligados ao perfil do trabalhador brasileiro, como as questões raciais, fatores biológicos e culturais e os reflexos disso na composição da mão de obra. Além de ser discutida a influência dos fatores sociais, sanitários, higiênicos, da seca e da própria falta de proteção dos governos anteriores a Vargas na vida do nordestino. O CIC dizia que o objetivo dessa imprensa era orientar a opinião pública sobre os reais problemas enfrentados pela população e como deveriam proceder às ações de colonização. Seleção e direcionamento dos trabalhadores migrantes. Como foi ressaltado por Debastiani (2018), as singularidades brasileiras foram utilizadas por médicos e antropólogos para traçar ideias fundamentadas na Eugenia para ponderar sobre os problemas da sociedade brasileira.

Para as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) ao lidar com a imprensa como fonte temos a possibilidade de identificar nesse tipo de documento uma infinidade de informações sobre os mais variados aspectos da vida social e política. Nesse sentido, afirmam: “Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação

⁴ Atualmente os arquivos da Revista do Conselho de Imigração e Colonização se encontram hospedados no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (Cruz e Peixoto, 2007, p. 256).

Como suporte social, segundo as pesquisadoras, a imprensa se comunica de um lugar específico de fala, tempo e intencionalidades. Para isso, deve-se considerá-la “como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258). É necessário identificar como que a cada momento são estabelecidas as relações entre imprensa, sociedade e como essa relação propõe movimentos de constituição e instituição do social. Contudo, a interpretação desse tipo de informação requer também um suporte conceitual, já que a imprensa é constituída de discursos e representações. O historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) orienta que ao lidar com o discurso devemos levar em conta o seu contexto de produção no passado:

Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstância políticas, econômicas e sociais (Albuquerque Júnior, 2011, p. 235).

Ainda, para o autor, qualquer que seja o documento, ele é uma forma de discurso. Para que a análise seja mais profícua, ela deve ser realizada em dois momentos: primeiro, fazer uma análise externa – nessa etapa, o pesquisador deve se informar sobre datação, localização espacial e as autorias, assim como também identificar o momento histórico em que ele foi proferido, os pretextos e seus objetivos; esclarecer as relações de poder e de saber em quais o responsável pelo discurso está envolvido. A etapa seguinte é da análise interna, quando se identifica o “acontecimento” e interroga e, para isso, ele cita o exemplo de que o discurso não tem a mesma transparência de uma lente de vidro: “tem uma espessura própria, tem regras de constituição e produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada”(Albuquerque Júnior, 2011, p. 237).

Para Mônica Pimenta Velloso no Estado Novo a divisão do projeto ideológico empreendido pelo governo foi eficaz, coerente e coeso. Essa divisão era composta por duas dimensões, a qual fazia parte os grandes intelectuais produtores dos discursos e os intelectuais médios, que faziam a divulgação. A outra dimensão diz respeito ao próprio campo de produção, para explicar a “nova ordem” os intelectuais priorizavam diversos aspectos. Mas essas vertentes embora fossem múltiplas, não funcionam de maneira isolada, ao contrário, as visões distintas

eram operacionalizadas, de acordo com o campo profissional de cada intelectual que funcionava de maneira produtiva e em harmonia. Neste sentido: “O discurso é visto como o lugar concreto da articulação que se trava entre agentes diferenciados da produção simbólica: articuladores, usuários e emissários” (Velloso, 1982, p. 100). A historiadora faz referência a dois tipos de discursos predominantes na época, o primeiro era proferido por Vargas categorizado como discurso "político-militante". Ao passo que, os intelectuais a exemplo de Oliveira Viana, Azevedo Amaral expressavam os discursos "político-teóricos". De acordo com esse tipo de análise, o discurso da Revista do Conselho de Imigração e Colonização era predominantemente político-teórico.

A formação étnico-racial dos brasileiros na perspectiva dos intelectuais que influenciaram o pensamento do CIC

Uma das teorias que influenciaram o pensamento dos intelectuais brasileiros foi o *darwinismo social*, um dos seus primeiros adeptos foi Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina de Salvador. Embora seja importante ressaltar, como lembrou o historiador Filipe Pinto Monteiro (2020), no caso de Nina de Rodrigues, ele acolheu as teorias estrangeiras no Brasil, mas também as acomodou à realidade brasileira. O autor também destaca que, para Charles Darwin, o fundador e expoente do evolucionismo, só poderiam sobreviver, na luta pela vida, os seres vivos mais bem adaptados, isto é, o fato de serem mais bem “equipados” biologicamente, favorece sua perpetuação na natureza.⁵

Ao adotar uma perspectiva determinista, em relação à população brasileira, Nina Rodrigues acreditava que a mestiçagem, uma das principais características biológicas dos brasileiros, “poderia levar à degradação física, moral e psíquica da população” (Monteiro, 2020, p. 191). Neste sentido, Diwan (2015, p. 92) também ressalta que:

Raimundo Nina Rodrigues, que acreditava na inferioridade racial negra, tendo debatido durante o final do século XIX a construção do saber médico no país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito. Para tornar o Estado

⁵ Destaca-se a obra: *A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. Uma das questões que chamou atenção dos darwinistas, foi o surgimento da multidão no século XIX, em Londres, vista a partir da ideia de massa. Neste sentido Pietra Diwan (2015, p. 35) afirma que: “E por não ser possível identificar exatamente sua composição, o medo da multidão cresce e cria estratégias de combate para sanar esse mesmo medo. [...] Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros operários de Londres estava degenerando, ou seja, pobreza associada à degeneração física”.

saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888.

O maranhense também foi pioneiro nos estudos sobre a temática do negro, como um problema social e a perspectiva racista deste estudioso refletiu fortemente no discurso dos intelectuais ligados ao CIC.

Outra teoria ligada ao racismo científico recepcionada pelos intelectuais brasileiros foi a de Eugenia. Idealizada por Francis Galton na Europa no século XIX e definida como a ciência da hereditariedade, essa corrente científica tratava da interseção da ciência biológica e o cenário social. Seu surgimento ocorreu no período da transição do século XIX para o XX, como Vanderlei Sebastião de Souza (2012, p. 01) enfatiza, sobre seu expoente: “Suas ideias sobre o aperfeiçoamento das características raciais se associariam intimamente às discussões sobre evolução e degeneração, progresso e civilização, conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais”. Antes de avançarmos na discussão, vale destacar o que ressalta Diwan (2015, p. 48), sobre a atuação dos eugenistas no Brasil: “Uns mais radicais que outros, o certo é que não houve um uso homogêneo da teoria de Galton”.

O médico e farmacêutico Renato Kehl foi um dos nomes que se destacaram como propagador da Eugenia, a partir de 1917 no Brasil. Neste intuito: “Seu primeiro trabalho, uma conferência pronunciada em São Paulo na Associação Cristã de Moços, foi publicado na íntegra pelo Jornal do Comércio e divulgada em periódicos médicos e revistas literárias” (Souza, 2012, p. 06). A partir das ideias de Galton, ele abordou em seu artigo, questões, como hereditariedade, fatores disgênicos, doutrina de Malthus, entre outros assuntos. Entretanto, a Eugenia colocada em prática no Brasil estava mais associada aos fatores de prevenção, esta não tinha como objetivo eliminar o sujeito degenerado (Kobayashi, Faria e Costa, 2009).

Os eugenistas afirmavam, segundo Diwan (2015), que na América Latina, sobretudo no Brasil devido ao clima tropical, a miscigenação poderia acarretar a deterioração racial da população. E na visão dos europeus este era um ponto negativo, em relação aos latino-americanos. O entendimento de que o mestiço era um sujeito degenerado, seja do ponto vista biológico, moral e cultural, também ressoa nos discursos do CIC. Esse pensamento era alimentado em relação à população do Norte do país, como afirma o historiador a seguir: “O Norte [Nordeste] estaria condenado pelo clima, pela raça e pela decadência” (Albuquerque, 2011, p. 47). Sendo que essa população, sobretudo o nordestino, na visão do CIC, era classificado como mestiça. Outro aspecto a ser ressaltado é que, a política biológica adotada no Brasil, estava diretamente

relacionada a (i)migração, como podemos constatar na declaração do CIC: “A ciência biológica nos mostra que o problema da imigração é, sob o ponto de vista médico e social, de caráter eminentemente profilático, eugênico” (RCIC, 1948, nº 4, p. 9). Embora, é relevante salientar que os intelectuais não eram unânimes em relação à interpretação do pensamento eugênico.

A discussão sobre a influência dos fatores sociais e ambientais, no aperfeiçoamento da hereditariedade humana também fazia parte dos assuntos debatidos pelos eugenistas. No entanto, como é destacado a seguir: “O debate sobre raça, aliás, funcionava como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressava suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores” (Souza, 2012, p. 03). Ainda segundo o autor, o interesse não se restringia apenas aos profissionais de saúde, sanitaristas e educadores, mas também aos diversos setores interessados na regeneração do brasileiro, frente ao crescente nacionalismo. Como um instrumento do processo civilizador, a Eugenia, “previa uma ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores morais ligados à sexualidade” (Souza, 2012, p. 07). A Eugenia também influenciou o trabalho dos sanitaristas no Brasil, pelo menos uma parte deles. Sob o argumento de que além de doentes, o povo brasileiro era analfabeto, caberia a educação e a saúde o papel de regenerar a população e livrar o Brasil do atraso (Ponte, 2010).

Em relação aos intelectuais influentes nesse período destacamos, Francisco José de Oliveira Vianna, nascido em 1883, em Saquarema, província do Rio de Janeiro. Viana estudou direito, foi professor, sociólogo, escreveu artigos em jornais, e em 1920 publicou sua primeira obra, *Populações meridionais do Brasil*.⁶ A partir dos anos de 1930 esteve estritamente ligado ao governo Vargas, ocupou cargos no Ministério do Trabalho, colaborou com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na formulação do Conselho de Imigração e Colonização (Bechelli, 2009).

Em relação à questão racial na obra do autor, Bechelli (2009, p. 300) faz a seguinte observação: “Estudar a raça em Oliveira Vianna é um trabalho bastante delicado. Ele foi um escritor racista no exato terno da palavra. Negar isto é negar uma parte substancial do seu pensamento e da forma como ele enxergou a sociedade brasileira”. Diferente de outros autores

⁶ Em 1922 publicou Pequenos estudos de psicologia social, em 1923 Evolução do povo brasileiro, em 1925 O ocaso do Império, em 1930 O idealismo da Constituição e em 1932 Raça e assimilação.

como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Sílvio Romero, Vianna produziu ideias racistas posteriores aqueles pensadores, num período em que as teorias raciais já vinham sendo criticadas por muitos intelectuais, até pelo fato delas serem vinculadas aos movimentos como ditaduras e o Nazismo, dentre outros.⁷ Segundo o pesquisador o que diferencia na prática Vianna daqueles intelectuais citados é fato dele, “usar as teorias racistas como forma de interpretar uma realidade que eles admiravam: o negro de Nina Rodrigues, a população mestiça de Sílvio Romero; o sertanejo de Euclides” (Bechelli, 2009, p. 300). Outro dado importante é que para Vianna foi somente com a chegada dos europeus no século XIX que a história brasileira evoluiu.⁸

Entre os grupos identificados por Vianna, o indígena foi o que ele se ocupou menos, devido a sua posição abaixo do branco, do negro e do mestiço. Segundo o escritor, os indígenas não eram propensos a servilidade, as tarefas as quais realizavam demandavam menor esforço e períodos maiores de folga. Além de ser impossível trazê-los à civilização, pelo fato deles serem refratários ao processo de arianização. O mameluco, que era resultado do cruzamento do branco com o indígena, ainda tinha um caráter servil, com possibilidade de mobilidade social (Bechelli, 2009).

Ao utilizar o racismo para explicar a divisão da sociedade colonial, Vianna argumentou que apenas a população branca tinha a determinação para ascender e enriquecer, os outros grupos compunham a plebe rural. Neste sentido, ressalta o autor: “Para Vianna, eram os arianos que poderiam promover a colonização, por sua força de vontade e por seu empreendedorismo” (Bechelli, 2009). Defende inclusive uma política de arianização, isto é, de “branqueamento” como alternativa para resolver os problemas sociais. Ao “clarear” e “organizar” a população ela seria elevada racialmente e resolveria os problemas relacionados ao desenvolvimento. Para o intelectual, as famílias brancas da aristocracia rural seriam a maior representante da formação eugênica superior no Brasil (Bechelli, 2009).

Em relação aos negros, Vianna não atribuía ao sistema escravista a responsabilidade pela escravidão, de acordo com seu entendimento a escravização era uma atribuição natural dos

⁷ “Aqui é necessário fazer uma diferenciação entre teorias raciais e preconceito racial. As teorias racistas, tais como na época de Sílvio Romero, eram aceitas como ciência, isto é, tinha um suposto caráter científico. Já os preconceitos envolviam um sentimento de ódio de classes e de raças, que em muitas passagens, Vianna deixa transparecer de uma forma bastante clara” (Bechelli, 2009, p. 301).

⁸ Uma das críticas ao pensamento de Vianna foi a ausência de fontes e de uma crítica na fundamentação das suas ideias. Oliveira Vianna teria trabalhado muito mal a documentação da época e os períodos históricos. O autor teria caído em anacronismo, ao misturar fases do período colonial (Bechelli, 2009).

negros, eles existiam pelo e para esses sistemas. Para Vianna, os negros não foram introduzidos por um sistema escravista, mas sim, eles invadiram o Brasil, até mesmo sua condição de escravizados é descrita como operários. No entanto, o autor também destaca uma percepção positiva desses sujeitos, “os negros eram resistentes, dóceis e mais capazes do que os índios, razão esta que levaram os últimos a serem substituídos nos trabalhos das minas” (Bechelli, 2009, p. 314). Outro aspecto desse grupo, é a relação entre intelecto e as atividades desenvolvidas, os negros são mais dedicados as tarefas que exigem pouca inteligência (como o trabalho rural) ou seja, nas cidades, a desempenhar funções como carregadores de trapiches ou trabalhos braçais” (Bechelli, 2009, p. 314).

A incapacidade de desenvolver a criatividade, limitavam os negros a meros imitadores do homem branco. E sem a disciplina das senzalas, a qual os imprimiam moralidade e sociabilidade, progressivamente eles teriam decaído numa situação abastada. Além de ter contribuído pouco para a colonização, o negro, assim como os indígenas, afirma o autor, “só podem concorrer a civilização quando perdem a sua pureza, cruzando com o branco. Se o negro e o índio não tem a capacidade de ascender socialmente, este papel será confiado a mestiço - que possuindo o sangue de homem branco, poderia fazê-lo” (Bechelli, 2009, p. 314). Em suma, para Vianna se a raça negra continuasse a existir, ela comprometeria o futuro da sociedade brasileira. O que evidencia uma forte gama de preconceito racial na sua obra (Bechelli, 2009). Embora tenha sido ressaltado um ponto de vista positivo de Vianna em relação ao mestiço, isso precisa ser melhor contextualizado. Pois a mistura racial era tida como problemática, de acordo com seu entendimento a mestiçagem era a responsável por diferenciações morfológicas e causava alterações comportamentais no mestiço. Outra tendência desse tipo é que ele herdava as piores características das raças que lhe deram origem, mesmo o branco que era biologicamente superior, ele teria herdado os vícios.

Para Vianna o mestiço era propício a qualquer tipo de desordem moral: arrogantes, atrevidos, violentos, preguiçosos e rebeldes. Uns desequilibrados, em conflito consigo mesmo. Desde o período colonial, segundo o intelectual os mestiços eram pessoas desocupadas, nômades, que viviam a colher frutos selvagens e caçar passarinhos, nada faziam. Vianna sem fundamentação documental, reafirma a proeminência da raça branca, ao afirmar que com a proibição do tráfico de escravizados a raça negra estava passando por um declínio. A mestiçagem estava aumentando, mas o crescimento maior era da raça branca, devido a imigração, sobretudo para São Paulo.

Silvio Romero foi outro intelectual que se destacou nesse período como um pensador racista. Nascido como Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos, na cidade de Lagarto, Sergipe, em 21 de abril de 1851. Aos 12 anos de idade mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou no Ateneu Fluminense e depois foi para o Recife cursar direito. Foi nesse ambiente que ele teve contato com as teorias que estavam sendo debatidas naquela época, a exemplo do positivismo, darwinismo e as ideias nacionalistas. Entre os diversos temas abordados em suas obras, contam o folclore a história e a etnologia do povo brasileiro, um destaque para *História da Literatura Brasileira*, obra de 1884. Nas suas obras ele contestava o Brasil do período monárquico, visto como arcaico, no entanto mesmo que suas proposições tenham sofrido contestações, diversos autores recorreram a elas, como por exemplo, Gilberto Freyre (Bechelli, 2009, p. 62).

Como outros intelectuais da época, Sílvio Romero também esteve envolvido nas discussões “polêmicas” sobre raça e etnia. Segundo Bechelli (2009), mesmo que a visão de Romero sobre a realidade fosse mais aprofundada, ele foi um pensador racista. Mas é preciso entender como o seu pensamento foi estruturado. Pois o racismo funcionava como um instrumento de análise, o qual ele lançou mão para interpretar a realidade e entender as desigualdades, “ele jamais pensou em construir uma teoria racial no sentido de privilegiar ou garantir a superioridade racial das elites” (Bechelli, 2009, p. 62). Seu objetivo era compreender a história, a cultura e o folclore do “povo” brasileiro. Para o autor, o mestiço representava o verdadeiro povo brasileiro, pois a “miscigenação” poderia gerar um novo povo, o povo brasileiro. Era a mestiçagem a chave para a compreensão do que realmente era o Brasil” (Bechelli, 2009, p. 62).

Na formação da sociedade brasileira, Romero considerava que os portugueses, os representantes da raça branca, os quais ofereceram a principal contribuição por meio da língua, do sangue e das ideias. Embora a contradição em seu pensamento, se dá exatamente na maneira como ele concebeu o papel da raça branca e da mestiçagem. Pois, aquela primeira seria predominante sobre as demais, ou seja, ocorreria o processo de branqueamento, passando pela mestiçagem com a eliminação dos negros e indígenas e do próprio mestiço. Além disso, o autor era favorável à imigração do homem branco europeu, pois o povo brasileiro era uma raça inferior e sozinho ele não conseguiria superar a inferioridade racial.

Quanto ao negro, Romero compreendia que ele teve um papel fundamental na formação da população brasileira, mas a baixo do branco, pois o negro apenas teria auxiliado aquele primeiro grupo. Essa influência não se deu apenas no nível ético-racial, mas também cultural. De maneira geral a maioria dos costumes da sociedade brasileira receberam a herança do negro, seja na dança, na música “ardente”, na literatura, entre outras. Por meio da mestiçagem, o negro

contribuiu positivamente, a exemplo, dos “lindos tipos” de mulheres fortes, sadias e habilidosas, com experiência de vida, como na expressão usada pelo intelectual “tez de um doce amorenado”, o sangue que corriam em suas veias trazia algumas gotas do sangue africano, porém já diluído. No entanto, assim o autor resume o entendimento de Romero sobre o negro e o mestiço,

não vê no negro ou mesmo no índio um agente produtor de cultural; esse papel é definido pelo mestiço. Portanto o papel do negro só é válido quando ele se mistura com o branco gerando o mestiço; o negro como agente isolado não é levado tanto em conta, uma vez que ele, junto com o índio compõem aquilo que Romero define como sendo raça “inferior” (Bechelli, 2009, p. 62).

Para o Romero, o negro desde África não conseguiu se desenvolver como uma civilização complexa, não formaram em nenhum lugar da terra uma organização patriarcal de família. Ficaram restritos ao modo de vida tribal, até os grandes reinos africanos se tornaram uma realidade devido às influências dos árabes que migraram da região Norte para a equatorial (Bechelli, 2009, p. 62).⁹ Ou seja, o negro não tinha propriedades para criar civilização, esse papel no Brasil foi atribuído, segundo o escritor, ao branco, coube ao negro apenas ajudá-lo. Em relação aos indígenas citados, para o intelectual, esses povos tiveram alguma importância na história do Brasil, mas ele os situa a baixo do negro, pelo fato deles serem avessos a civilização. O intelectual não os retratou com tantos detalhes como fez com outros grupos raciais. Quanto ao mestiço, embora Romero o situe abaixo do branco e acima do indígena e do negro, ele o vê apenas numa posição intermediária dentro do processo de formação de um novo tipo físico branco, dessa maneira seria formado o brasileiro original.¹⁰

O pensamento social brasileiro também teve as contribuições dos autores antirracistas, que acreditavam que os “males do Brasil” não se explicavam pela via biológica e racial. Roberto Ventura (2000) ressalta que esses intelectuais se dividiam entre aqueles que defendiam a inferioridade das raças não brancas e aqueles que buscavam valorizar os aspectos originais, as raízes da população brasileira, a mestiçagem. Aqueles que se posicionaram contrários às teorias racistas, não atribuíam à biologia e à raça as causas dos “males do Brasil” (Santos, 2018). Um desses intelectuais foi Arthur Ramos de Araújo Pereira, médico e antropólogo alagoano, nascido em 7 de julho de 1903.¹¹ Segundo Santos (2018), Ramos defendia que os problemas

⁹ Essa foi uma influência que o intelectual recebeu de outro pensador da escola francesa, Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play.

¹⁰ É importante ressaltar que não eram apenas os intelectuais exemplificados neste artigo que eram considerados pensadores racistas, optamos por citar alguns que tinham ligação direta ou indireta com o CIC. Além de Renato Kehl, Azevedo Amaral e Xavier de Oliveira também são considerados autores racistas.

¹¹ Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Roquette-Pinto lideraram o grupo daqueles que assinaram o: “O manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial” (Souza, 2022).

sociais e culturais dos brasileiros não deveriam ser interpretados na perspectiva genética ou social. Isto é, de acordo com seu pensamento o negro não era uma raça degenerada. Um detalhe interessante é que alguns intelectuais ligados ao CIC discordava do pensamento do autor, sobretudo no que diz respeito ao fato dos negros serem suscetíveis a certas doenças e as vezes utilizava suas próprias ideias, retirando-as de contexto: “Artur Ramos, que é, aliás, um fervoroso defensor da raça negra e do mestiço, confessa lealmente ainda existir maior incidência da tuberculose na Bahia, entre pardos e negros em todos os dados verificados” (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). Na realidade, Artur Ramos realmente fez essa afirmação, no entanto ele atribuía a morbidade e mortalidade dos negros aos fatores econômicos e sociais e não devido a raça, uma informação que o autor do artigo publicado pelo CIC omitiu.

Para Santos (2018), os argumentos de Ramos o situam na posição de eugenista cultural e não racial. Pois a ideia de branqueamento do negro, na sua obra, era proposta por meio da educação. Por exemplo, a questão do comportamento também é ressaltado pelo intelectual, como a inclinação aos vícios, no entanto, passivos de serem corrigidos por meio da educação, como podemos constatar a seguir:

a geração do antropólogo alagoano tinha uma confiança quase cega no poder da razão e das letras na formação de sujeitos capazes de vencer os vícios e hábitos e serem moralmente justos. Nesse sentido, a educação seria o meio para corrigir os comportamentos considerados inadequados para uma nação que se pretendia moderna, ou seja, a educação era vista, percebida ou apresentada como a solução para os problemas sociais (Santos, 2018, p. 104).

Isto é, mesmo que ele não tenha inferiorizado o negro, suas ideias hierarquizavam as culturas. De acordo com seu ponto de vista, o problema do negro era psicológico, pois a estrutura do seu pensamento era pré-lógico, e somente por meio da educação, os comportamentos inadequados poderiam ser corrigidos. O que demonstra também que o evolucionismo ressoava no seu pensamento, como também nas ideias de outros intelectuais da época, mesmo nas décadas de 1920 e 1930 (Santos, 2018).

Outro intelectual importante para entender o contexto dessa discussão é Roquette-Pinto (Edgar R.-P.). O médico legista, professor e antropólogo do Museu Nacional, etnólogo e ensaísta, O terceiro ocupante da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras. Roquette-Pinto nasceu em 25 de setembro de 1884, no Rio de Janeiro, RJ. O seu posicionamento foi marcado pelo fato dele ter divergido de alguns eugenistas e contestado as perspectivas negativas sobre a população mestiça. Na constituição genética do mestiço, de acordo com o antropólogo, não havia nenhum sinal de degeneração. Na sua opinião as atenções da antropologia física e a

etnografia deveriam se debruçar com mais afinco para o estudo do caboclo sertanejo, pois é nesse sujeito que se encontravam os documentos de nossa nacionalidade.

O antropólogo teve contato com as populações sertanejas por meio de uma expedição militar, liderada por Marechal Rondon. A constatação de Roquette-Pinto, de acordo com Souza (2011, p. 132) foi que, “o interior do Brasil era uma realidade totalmente desconhecida dos brasileiros do litoral, lembrando que os sertanejos viviam num tal estado de abandono que chegavam a ser estrangeiro em sua própria terra”. A constituição étnico-racial do sertanejo era composta tanto do sangue do indígena como como do negro. Neste sentido, suas ideias se contrapunham as de Euclides da Cunha em, *Os Sertões*, onde constava que o mestiço sertanejo carrega apenas o sangue branco e indígena, pois o negro teria se mantido nas regiões litorâneas, sem adentrar os sertões. Esta tese foi contestada na leitura etnográfica do citado livro, onde Roquette-Pinto encontrou vestígios das características físicas do sertanejo descritas por Euclides, as quais condiziam com o fenótipo do negro.

Embora é importante ressaltar que suas convicções também estavam atreladas a melhoria da raça brasileira, por meio da miscigenação com o sangue europeu, como consta a seguir: “Os progresso e a civilização que acompanhavam os imigrantes europeus, seja no “sangue” ou na “cultura”, transformariam o interior do Brasil, retirando-o do seu profundo atraso civilizacional (Souza, 2011, p. 132).

Um dado importante de ser enfatizado e que Souza (2011) ressalta, é o fato que durante o governo Vargas predominaram a ambivalência nas ideias e diferentes ideologias, mas que o governo procurou acomodá-las antes da implantação do Estado Novo. Na realidade, a política varguista buscava encontrar a essencial brasileira, na própria diversidade cultural existente. E as ideias dos próprios intelectuais teve papel fundamental neste sentido, mesmo que as mudanças foram sutis e paulatinas, mas eles aos poucos foram superando aquela perspectiva eugenista defendida pelo grupo liderado por Renato Kehl. O próprio Roquette-Pinto, por exemplo, reconheceu a influência da sociologia de Gilberto Freyre nas suas ideias.¹²

Gilberto Freyre nasceu em 15 de março de 1900, na cidade de Recife, em Pernambuco. O sociólogo autor de *Casa-Grande e Senzala*, livro publicado em 1933, foi outro intelectual que se destacou nessa tradição antirracista. A partir da crítica racial, fundamentada na tradição médica e antropológica, sua obra também representa um avanço na análise sociológica. Freyre

¹² Também chamou atenção de Roquette-Pinto o livro: *O Brasil na América* (1929) de Manoel Bomfim. Para Roquette-Pinto, junto com *Casa Grande e Senzala*, ambas as obras eram essenciais para conhecer o Brasil e a sociedade brasileira (Souza, 2011).

não só defendeu a mestiçagem, mas a projetou como símbolo que representava de maneira distinta a identidade social e cultural do brasileiro, numa perspectiva culturalista. Como Ferreira (1996, p. 235) afirmou: “ A partir da ideia de ‘plasticidade’ e de ‘equilíbrio de antagonismos’, Freyre buscou compreender como se formou, a partir da sociedade colonial, o embrião de nova e original sociedade, resultado da adaptação aos trópicos. O intelectual também foi inovador em relação à metodologia utilizada em *Casa Grande-Grande e Senzala*, ao adotar a chamada sociologia genética ou histórica, uma outra novidade do seu trabalho foi a utilização não apenas de documentos como fonte, como fazia a historiografia tradicional, mas também ele recorreu ao estudo dos indivíduos, a partir da vivência e convivências com base na reconstrução do passado e da sociedade em estudo.

A diversidade racial brasileira, com as interpretações de Freyre, passou a ter uma imagem positiva. O pernambucano também foi um dos críticos do pensamento de Oliveira Vianna. Para Freyre, o autor fluminense exagerava ao se posicionar sobre a questão da raça, ao ser contrário ao negro e ser defensor de ideias arianistas, em relação a colonização. Embora, nem mesmo o próprio Freyre, segundo Souza (2022) tenha escapado das ambiguidades e ausências de fronteiras claras entre biologia, raça, meio e cultura. As ideias eurocêntricas ainda influenciavam os intelectuais brasileiros, mesmo aqueles antirracistas, que não abandonaram o elitismo e o autoritarismo brasileiro (Souza, 2022; Ferreira, 1996).

No intuito de entender “quem somos”, Sérgio Buarque de Holanda percorreu um caminho também aparecido com alguns dos seus contemporâneos. Seu entendimento foi construído com foco na herança ibérica e no caráter rural e patriarcal da estrutura social da sociedade brasileira.¹³ Segundo Holanda, a colonização portuguesa foi baseada na ideia do ganho fácil, o colonizador é retratado como aventureiro (semeador), que não valorizava o trabalho metódico e criterioso. Sua riqueza foi construída com base no emprego da mão de obra escravizada e na exploração extensiva das terras de lavouras. O colonizador também era um sujeito de natureza plástica, pois o português descendia de um povo miscigenado, sem orgulho de raça. Ao mesmo tempo que era uma cultura voltada para o culto à personalidade, com pouca capacidade de racionalização da vida. Buarque conceitua o brasileiro, como o “homem cordial”, que era resultado do aspecto cultural e da estrutura social identificada no Brasil.¹⁴

¹³ “Diferente de Freyre que mergulha na sociedade colonial para entendê-la como embrião de uma sociedade nova e original, fruto de uma experiência de adaptação ao trópico” (Ferreira, 1996, p. 235).

¹⁴ “O problema, justamente, é que o homem cordial sai da esfera privada e projeta-se na esfera social e política. Ele personifica, assim, a invasão do público pelo privado” (Ferreira, 1996, p. 235).

Outro intelectual que teve seu pensamento referenciado pelo CIC foi Djacir Menezes, o sociólogo nasceu em Maranguape, cidade próxima à Fortaleza - CE, em novembro de 1907. A sua obra de relevância para a presente análise é *O Outro Nordeste*, lançado em 1937. Alexandre Barbalho (2023) ressalta que a citada produção intelectual se situa num contexto de pensar a nação brasileira e a identidade nacional. Entretanto, o trabalho de Menezes difere do contemporâneo Gilberto Freyre, que no livro, *Nordeste* focou na civilização patriarcal proveniente do ciclo do açúcar. Sua obra se aproxima muito mais de outros autores como *Populações Meridionais* de Vianna, *Sobrados e Mucambos* de Freyre e *Raízes do Brasil* de Holanda, que são estudos publicados em períodos anteriores. Embora, Barbalho (2023) também enfatize o fato de que os marcadores de diferença desse período eram diversificados, ou seja, os sentidos das produções eram distinguidos de um autor para outro.

Devido a diversidade de cada região, era impossível pensar a sociedade brasileira em termos homogêneos, segundo Menezes. No caso de *O Outro Nordeste*, o objetivo “era ser um estudo rigoroso a partir de uma abordagem objetiva, contrapondo-se, dessa forma, ao determinismo naturalista e ao idealismo que vigoravam até então nas interpretações do Brasil” (Barbalho, 2023, p. 222). No aspecto metodológico o autor ressalta que Djacir Menezes, “foi o primeiro, utilizar-se da sociologia como conhecimento científico rigoroso e preciso dos fenômenos sociais; segundo, partir de uma orientação materialista que privilegiasse o estudo das relações sociais de produção” (Barbalho, 2023, p. 222). Desta maneira, sobressaia o Nordeste dos beatos, cangaceiros e uma região pastoral de “trabalho livre”, muito próximo das representações que identificamos em obras adaptadas para a televisão e certas literaturas. O autor lamenta o fato de *O Outro Nordeste* não ter tido a mesma repercussão que alcançou outras obras contemporâneas sobre o Nordeste, e até o fato do intelectual não ser mais lembrado como um clássico da sociologia: “Ainda que o seu Nordeste seja o que até hoje habita o imaginário nacional, e não o das terras e águas fartas freyriano” (Barbalho, 2023, p. 222).

O formação étnico-racial do sertanejo nordestino na perspectiva do CIC

As interpretações apresentadas neste tópico são referências indiretas dos intelectuais anteriormente citados, ou até mesmo artigos de autoria destes autores publicados pela Revista do CIC. A começar pelo perfil étnico-racial do sertanejo nordestino apresentado pelo órgão já nas primeiras edições da sua revista no ano de 1942. A partir da referência da obra de Djacir Menezes é apresentado os tipos dos povoadores dos sertões nordestinos. O que nos dá uma

noção de que as interpretações negativas, sobretudo em relação aos mestiços e indígenas, já vinham de períodos anteriores:

“O roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”, impresso em 1814, de autor desconhecido, informava que nos sertões da Baía, Pernambuco e Ceará, principalmente pela vizinhança de São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. [...] Índios mais ou menos mansos. De fato são contingentes índios que lastreiam a miscigenação da zona semi-árida. [...] Essa gente ociosa, perversa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176).

A seguir é descrito o motivo que os levam a serem avessos ao trabalho que exige disciplina: “Essa inadaptabilidade às fainas agrícolas é explicada pelo comportamento do homem oriundo das áreas culturais aborígenes” (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 176). Também se fazia presente o contingente de sangue formado pelo negro, o holandês, o francês, o cigano e o judeus que contribuíram com a etnogêneses da caatinga. Sendo mais enfática a presença daqueles três primeiros grupos nesse processo de formação.¹⁵

A manutenção dos costumes herdados dos indígenas, segundo CIC, causavam sérios prejuízos sobretudo em relação ao manuseio da terra. Sublinha-se, por exemplo, o tipo de exploração agrícola utilizada pelo nativo, “cujo caráter temporário, começando com a derrubada ou a queimada da mata e terminado com o esgotamento do solo e a emigração para nova região de terra virgem, onde recomeça o ciclo de destruição” (RCIC, nº 2-3, p. 19, 1946). É evidenciado a origem dessa prática: “Herdamos do índio o sistema vampírico das derrubadas e das queimadas inclementes, sem as quais o lavrador não acredita que o milho possa deitar e espigar bem granadas”. Quando esgota a terra virgem, “Quando não há mais mata ou capoeira para o sacrifício anual do fogo, o roceiro perde a esperança da colheita abundante e começa, como o índio avoengo [...]” (RCIC, 1946, nº 2-3, p. 19,). Destaca-se, ainda, que os jesuítas até teriam tentado, “mas sem sucesso”, ensinar aos indígenas algumas técnicas, como a silvícola, a agricultura e algumas práticas manuais, tidas como essenciais para sua fixação na terra. O êxodo rural comum naquele período também é atribuído ao nomadismo herdado dos indígenas.

¹⁵ Sobre as influências no processo de miscigenação no Sul do Brasil e em São Paulo, o CIC ressalta que este foi realizado com a maior participação do sangue europeu, como espanhóis e portugueses, alemães, poloneses e italianos. Neste sentido, é evocado o pensamento de Oliveira Vianna, que afirmava que no Brasil, o “fenômeno das raças” mantinha-se em elaboração contínua. Embora essa assimilação não tenha sido processada de maneira igualitária, de uma região para outra. Os próprios quistos raciais formados no Sul eram um exemplo (RCIC, 1941, n. 1, p. 24).

Em relação ao mestiço ele sofria com a degeneração não apenas biológica, mas também de caráter moral, a imprevisão era uma das principais características da psicologia coletiva do nordestino. Sua vida resumia-se em “ter para esbanjar ou não ter para pedir- eis o dilema que cerca a vida lendários daqueles rincões brasileiros” (RCIC, 1947, nº. 1, p. 153). Uma das características era a tendências aos vícios, sendo esse um dos fatores que os levavam a escassez de recursos, como consta neste excerto:

No Nordeste, o caboclo produz nos anos de inverno, apenas para converter, quase sistematicamente, sua produção de cereais nas substâncias alcoólicas que os intoxicam nos dias de fartura. Na fase de escassez, graças a essa dupla dissipação do dinheiro e da saúde a sua marcha para a morte é, não só fatal, como precedida de todo o cortejo de agruras, decorrentes da perversão e da carência alimentar (RCIC, 1947, nº. 1, p. 153).

A subalimentados e inanimados, assim era a vida de milhares de brasileiros que nasciam nas famílias pobres, quando não morriam pela falta de alimentação na primeira infância, seu desenvolvimento orgânico ocorria em situação precária, a mercê das moléstias da nutrição e do “fantasma” da tuberculose.

As doenças para o CIC afetavam em maiores números os negros e mestiços. Como exemplo, é citado que “a taxa de mortalidade para a tuberculose dos negros foi de 226, 2 por 100 000”. Já relativo às doenças do coração e à nefrite crônica e hemorragia cerebral, também são duas vezes maiores no negro em relação ao branco. Em uma proporção ainda maior, a pneumonia, a “febre tifoide, influenza, bronquite etc.” atingem os negros duas vezes mais se comparado com os brancos. Configura nessa lista ainda o alto índice de glaucomatose e lepra, que acometem tanto negros como mulatos (RCIC, 1946, nº 2, p. 172). A tuberculose era uma das maiores preocupações na época, também atribuídas aos negros e mestiços e pardos. Nesse caso, o estado da Bahia, na perspectiva da geografia médica, é apontado como um dos lugares onde a incidência da doença se apresentava maior ainda.

Em defesa da população branca, o CIC refutou as ideias de Arthur Ramos, que era tido como defensor da raça negra: “Não comungamos da mesma maneira de ver com o ilustre colega. Padrão de vida baixo, senão mesmo miserável, tem os brancos das zonas urbanas, suburbanas e rurais de condição humilde, esses que frequentam nossos hospitais” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173). Segundo afirmação do Conselho, sem citar dados demográficos, a população branca era numericamente superior à preta e à mestiça, sendo esses últimos, “quem moureja pelos hospitais [...] atacados pelas mais variadas moléstias” (RCIC, 1946, nº 2, p. 173). Entretanto,

Artur Ramos atribuía a morbidade e mortalidade dos negros aos fatores econômicos e sociais e não devido à raça, como pensava alguns intelectuais ligados ao CIC.

O resultado dessa constatação era que, tanto o sertanejo, como os trabalhadores operários que moravam nos bairros das grandes cidades, que na maioria vezes eram formado por aqueles primeiro grupo que migraram para a cidade, segundo o CIC, desenvolvia-se ao léu da sorte, “sem preparação, moral ou intelectual, vivem [...] dos puros instintos inferiores. Todos os atos da sua vida fisiológica e psíquica obedecem aos propósitos mais grosseiros e racionalizados” (RCIC, 1947 nº 1, p. 157). Um olhar característico da Eugenia que enxergava nesse modo de vida as degenerações próprias das raças inferiores. É observado, por exemplo, que nem mesmo em relação à reprodução humana, esses sujeitos obedeciam a algum critério moral e de saúde, agiam como animais que eram subalternos a sua espécie, “casando-se ou unindo-se sem qualquer exame, a tarados e doentes de todos os feitios, para produzirem, como consequência, proles inaproveitáveis, quer pelo estado de debilidade mental, quer pela desordem moral e social” (RCIC, 1947, nº 1, p. 157).

Toda essa preocupação do CIC era baseada na justificativa de que o Brasil estava em fase de desenvolvimento industrial, suas lavouras demandavam mão de obra, no entanto o operário disponível era desqualificado tecnicamente, biologicamente e moralmente. A população brasileira ainda era demograficamente inexpressiva, “e para piorar, grande porcentagem destes eram doentes, pois: “Não temos raça definida” (RCIC, 1946, nº 2, p. 159).¹⁶ A partir da obra, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, foi lembrado que essa conjuntura se tornou ainda mais problemática com o fato do brasileiro historicamente não ter adquirido uma cultura tradicional de trabalho agrícola. Isto, desde o processo de colonização:

o colono português, que, mais aventureiro que agricultor, não se afeiçoava ao trabalho duro e lento da terra, do nomadismo do índio, mais caçador e pescador que lavrador; da indolência tropical do negro; do espírito aventureiro, inconstante, de arremetidas e hibernações próprio dos mestiços, mamelucos, caribocas, cafuzos e multatos (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 18-19).

Além disso, a colonização portuguesa teria priorizado a formação de núcleos urbanos, em prejuízo da população rural. A exemplo do que foi citado anteriormente, segundo o CIC, o nomadismo do nordestino na Amazônia impossibilitava que fosse empreendido na região uma

¹⁶ De acordo com os dados demográficos informados pelo CIC, a população brasileira contabilizava 41.637.572 habitantes (RCIC, 1946, nº 2, p. 159).

exploração racional, em larga escala dos recursos naturais existentes naquele solo. E até mesmo, nos deslocamentos para São Paulo era impossível prever o tempo de permanência desses trabalhadores neste Estado.

Para alguns intelectuais ligados ao CIC, era nítido que o trabalhador ideal não era o brasileiro, como foi expresso, “somos de casa” e o santo de casa não faz milagres. Não faz mesmo (RCIC, 1946, nº 2, p. 239). Dessa maneira, este papel caberia ao europeu, pois além de ser biologicamente superiores, eram mais qualificados tecnicamente. Por exemplo, conheciam melhor as técnicas agrícolas. Como podemos perceber, a partir dessa explanação que, constava um olhar negativo e pessimista em relação ao trabalhador brasileiro, sobretudo se ele fosse mestiço e nordestino.

O trabalhador nordestino é promovido a migrante ideal

O primeiro aspecto a ser ressaltado dessa perspectiva, a qual identifica de maneira positiva a essência brasileira na mestiçagem, está diretamente ligada a política nacionalista de Getúlio Vargas e na valorização da mão de obra brasileira. Vale ressaltar que, esta conjuntura é bem mais ampla que os aspectos aqui enfatizados. Nosso ponto de partida é o processo de expulsão e controle da entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil, num período anterior ao recorte em análise. Embora num primeiro momento a imigração teve um papel fundamental no processo de formação de uma mão de obra livre, ela também passou a despertar receios e desconfianças das elites políticas e econômicas brasileiras. Sobretudo em relação aos ideais anarquistas e socialistas, os quais estavam imbuídos os operários estrangeiros e as reivindicações manifestadas por estes trabalhadores por meio de greves. Sob a alegação de que a “ordem” estava sob ameaça, as classes dominantes articularam a expulsão dos trabalhadores estrangeiros do Brasil, por meio da Lei Adolfo Gordo.¹⁷ Um marco desse contexto foi a greve geral ocorrida em São Paulo, em 1917, quando trabalhadores de diversas indústrias reivindicavam melhores condições de trabalho e a polícia assassinou um dos operários no

¹⁷ “Decreto n. 1.641 – de 7 de janeiro de 1907 - Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Art. 1º - O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional (Lang, 1987). Em 1919, o projeto de lei foi reformulado e aprovado, dessa vez, não só a expulsão dos estrangeiros entrou na pauta, mas também foi regulamentada a entrada de imigrantes de outros países no Brasil” (Lang, 1987, p. 120).

confronto. O movimento grevista foi violentamente reprimido e diversos estrangeiros foram expulsos do Brasil (Baeninger, 2012; Gomes, 1982).

Já em 1930, diante das reformulações da política (i)migratória pelo governo Vargas, a Lei dos 2/3, (Decreto n. 19.482, de 12/12/ 1930) (RCIC, 1940, nº 3), limitava a entrada de estrangeiros no Brasil e estipulava que dois terços das vagas de empregos deveriam ser ocupadas por brasileiros. O decreto assinado pelo ministro Lindolfo Collor visava proteger o trabalhador nacional e o elegia como sujeito social.¹⁸ A nova lei caracterizava o início do processo de intervenção e ordenação do mercado de trabalho, por meio do Estado, concretizada na legislação trabalhista, previdenciária, organização de sindicatos e criação da justiça do trabalho (Gomes, 1982; Paiva, 2004). A meta unificada do governo era ao mesmo tempo defender o brasileiro, o progresso e a paz, ou seja, “transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação [...] O trabalho é civilizador: o trabalho não é um castigo nem uma desonra” (Gomes, 1982, p. 152; 155).

O governo também precisava lidar com questões como o abastecimento da mão de obra, a imigração estrangeira, o êxodo rural, o povoamento e a propriedade da terra. Como parâmetro já era constatado que a imigração sem controle, sobretudo para o Sul do Brasil teria ocorrido em formato de povoamento e não de colonização. Os próprios quistos raciais formados na citada região eram um exemplo que deveria ser evitado. Por outro lado, no Nordeste do Brasil o movimento foi diferente, o que possibilitou manter, “o grande papel de ‘guardião da unidade nacional’ de ‘reservatório da nacionalidade’, de uma região que poderia verdadeiramente reavivar o espírito de brasilidade do Sul desnacionalizado” (Gomes, 1982, p. 161). Mas desta vez, sem a visão ufanista e romântica identificada por exemplo, na obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, dentre outros intelectuais.¹⁹

As migrações internas passaram a ter uma função social, a qual era esclarecida pelo seu conteúdo político. Os nordestinos já acostumados a migrar para São Paulo e Rio de Janeiro, desde os anos 1920, são interpretados como novos bandeirantes, que “‘retomariam’ a terra para os nacionais”. Numa perspectiva positiva da migração nordestina, caberia a este sujeito,

¹⁸ Segundo Paiva (2004), a nova Lei dos 2/3 também tinha como objetivo a desmobilização do movimento operário.

¹⁹ Ver mais em: LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec; 2013. 2 ed., aumentada.

“vestindo-se da brasilidade” nacionalizar o Sul internacionalizado pelos imigrantes estrangeiros (Gomes, 1982).

No entanto, o governo também precisava racionalizar o fenômeno das migrações internas, pois a distribuição de mão de obra não poderia acarretar o esvaziamento do campo em benefício de outras regiões, deveria ser evitado, por exemplo, o superpovoamento das cidades industrializadas, que também tinham suas demandas por trabalhadores. Mas de maneira geral, o posicionamento de alguns intelectuais ligados ao CIC era que: “A migração, no caso brasileiro, é tão importante quanto a imigração, senão mais” (RCIC, 1946, nº 2, p. 91). Embora, seja importante ressaltar que as migrações inter-regional era uma realidade comum na vida dos nordestinos, antes mesmo deles empreenderem o deslocamento interestadual:

Soube de chefes de famílias, que largaram o trabalho ao meio-dia de sábado, para viajarem cerca de 15 léguas (90k), levando alguns gêneros à mulheres e filhos para regressarem na segunda-feira, percorrendo a mesma distância. Outros deixam a família a 30 léguas do serviço (RCIC, 1942, nº 2, p. 61).

Neste sentido, Klaas Woortmann (2009) lembra que as áreas camponesas além de produtoras de alimento, também produziam migrantes, um verdadeiro celeiro de mão de obra.

Nesta nova perspectiva, alguns intelectuais entendiam que o atraso e os problemas do Brasil não tinha ligação com sua má formação étnico-racial. Mas sim, com o contexto social, econômico e sanitário, questões de educação, ausência de assistência do governo, em relação ao brasileiro, sobretudo o sertanejo nordestino. Médicos, antropólogos, dentre outros, passaram a interpretar a realidade brasileira, a partir da ótica do sanitarismo, o qual desde o início do século XX, já tinham realizado um diagnóstico epidemiológico do Nordeste do Brasil:

Em 1912 Arthur Neiva e Belisário Penna lideraram a expedição médico-científica ao nordeste brasileiro - Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás -, que percorreu mais de sete mil quilômetros. Esse trabalho realizado a serviço da Inspeção de Obras contra a Seca e ligado ao Instituto Oswaldo Cruz tinha como finalidade diagnosticar a situação epidemiológica da região para o desenvolvimento de medidas profiláticas. Os objetivos iniciais da expedição serão superados quando os relatórios questionam os determinismos raciais e climáticos até então tidos como regra nas análises sobre população. A expedição mostra que o Brasil está "doente" e muitas das futuras ideias de saúde, saneamento e limpeza se desdobraram a partir da publicação, em 1916, do relatório dessa viagem. O texto alcançou tanta repercussão que muitos intelectuais envolvem-se nas questões relativas à saúde, a partir de então. Nesse mesmo ano, num discurso em saudação a Aloysio de Castro, o médico Miguel Pereira declara: "O Brasil é um imenso hospital". (Diwan, 2015, p. 95)

Décadas após aquele primeiro diagnóstico, a realidade ainda despertava preocupação das autoridades, “o rurícola relegado ao mais absoluto esquecimento, mal alimentado, mal vestido, descalço roído pela ancilostomíase, habitando casas anti-higiênicas, sem qualquer amparo da lei, ou com leis que nunca foram colocadas em prática” (RCIC, 1946, n° 3, p. 491). Aquele nomadismo citado antes, é compreendido de maneira diferente, ou seja, como uma estratégia de sobrevivência do sertanejo nordestino. Por exemplo, devido a seca, os desajustes do poder público naquela região, agricultura rudimentar, monocultura da cana de açúcar e a estrutura latifundiária. Estes fatores foram identificados nos interiores do “Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Norte de Minas, tem sido uma das principais causas do nomadismo do sertanejo, impelido a emigração por necessidade vital, antes de tudo” (RCIC, 1942, n. 3 e 4, p. 18-19). O CIC utiliza uma expressão para caracterizar esse processo, “é o dilema do correr ou morrer” (RCIC, 1946, n. 2, p. 49). Mas segundo o órgão, um dos principais fatores que contribuem para o deslocamento do homem para a cidade, se devia às condições sanitárias de certas regiões, assolados pelas endemias, o nordestino migrava em busca de mínimo conforto higiênico. Embora seja reafirmado também a resistência daqueles sujeitos que permaneceram: Como afirmou o CIC: “O sertanejo é um lutador. Blindado de uma coragem serena, não se teme da própria natureza hostil, que o envolve, a quando e quando num círculo de fogo” (RCIC, 1942, n° 2, p. 74). Como afirmou Arthur Hehl Neiva, as condições de vida criaram nos nordestinos um espírito de bravura e resistência: “A luta contra o meio hostil deu aos nordestinos vigor individual e audácia coletiva. Foram os povoadores da Amazônia, e sua esplêndida coragem demarcou, ampliando, as fronteiras do Brasil setentrional” (RCIC, 1942, n° 1, p. 41).

Um dos defensores dessa compreensão foi o antropólogo, Roquette-Pinto, que afirmava que a miscigenação não interferia de maneira negativa nas características físicas e mentais dessa população, ou seja, os problemas dos mestiços não tinham relação com a herança biológica. Como o próprio intelectual afirmou em artigo publicado na Revista do CIC: “Não é a raça que causa a aparência mórbida de muitos mestiços (mulatos, caboclos, etc.), mas sim a doença, em 99% dos casos devido a influência social má, [...] falta de proteção e educação” (Roquette-Pinto, In: RCIC, 1940, n° 3, p. 440). A questão da educação também aparece sendo citada em outros momentos, por outros intelectuais: “O homem do sertão precisa ser educado para bem usufruir as grandes obras que o governo está erigindo em seu benefício” (RCIC, n° 2, p. 74, 1942). Para Teixeira de Freitas, que era membro do Ministério da Educação, o projeto redentor

do Brasil devia ser baseado no binômio: “Educar-povoar”, que seria concretizado na Colônia-escola (RCIC, n. 3-4, p. 26, 1942).²⁰

Para Roquette-Pinto o nordestino era um sujeito forte cheio de vitalidade, “a população do nordeste do Brasil (Ceará, etc.), que é a região de grandes e fortes famílias, de homens corajosos e ativos, conquistadores das florestas do Amazonas, quási todos com o sangue índio e branco” (Roquette-Pinto, In: RCIC, 1940, nº 3, p. 440). Ou seja, a descendência indígena é interpretada como positiva. Essas eram características que alguns eugenistas não reconheciam, isso ocorria devido ao fato deles não fazerem distinção entre Eugenia e higiene (Souza, 2012; Souza, 2022).²¹

Arthur Hehl Neiva, que era membro do CIC, também evidenciou a importância do pioneirismo dos migrantes nordestinos, na conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política, em 1941: “O nordestino com seu espírito de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade” (RCIC, 1942, nº 1, p. 59). Ainda de acordo com o Conselheiro: “Esses homens de resistência inquebrável e indomável coragem” tiveram seus feitos comparados aos “tempo heroicos da integração nacional” na região amazônica, comandada por Plácido de Castro e sob a proteção diplomática de Rio Branco.

Já na tese apresentada no I Congresso de Economia, Arthur Hehl Neiva reafirmou sua opinião: “É conveniente salientar que a qualidade deste braço migrante é excepcional. Não há como o nordestino para a derrubada na abertura de novas fazendas; sem o nordestino não se teria podido escrever a epopeia acreana” (RCIC, 1944, n. 3, p. 478). A seguir são descritas as características positivas deste trabalhador, observemos com a atenção a afirmação seguinte:

além das qualidades físicas e morais que o caracterizam, representam um forte contingente qualitativamente considerado, e preenchem todos os requisitos para uma política de miscigenação em grande escala, no sentido de apressar a diluição de quistos étnicos e a nacionalização dos seus elementos, problema político da mais alta relevância (RCIC, 1944, n. 3, p. 479).

Como percebemos, para Arthur Hehl Neiva os nordestinos dispunham de qualidades físicas, morais e de um contingente abastado de pessoas, que os permitam cumprir o “papel de nacionalizador” de maneira que, a presença estrangeira não superasse a nacional. Isto é,

²⁰ A proposta do CIC era desenvolver uma educação em prol da vida rural, pautada em uma esclarecida política sanitária, no ensino dos benefícios da comunhão social e a instrução aos trabalhadores para utilizar os recursos naturais, “a familiarizar-se com os melhores métodos de cultura e criação; a ler e escrever; construir sua casa de forma higiênica e confortável; com o material que tem à mão em seu próprio meio; enfim amar a sua terra que tudo lhe dá, apegando-se fervorosamente a ela” (RCIC, n. 3-4, p. 26, 1942).

²¹ Sobre as divergências surgidas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1929, ver: Souza (2022).

disseminação dos nordestinos nas colônias agrícolas, em formação, evitaria o surgimento dos quistos raciais, como ocorreu no passado. O que também não significava que a imigração estrangeira fosse descartada, ao contrário, o governo admitia a relevância desse trabalhador, o que mudaria era o processo de formação das colônias agrícolas, que deveriam ser mistas. Mas o papel dos imigrantes nordestinos seria preponderante: “Costumamos com orgulho exaltar a maravilhosa resistência do nosso sertanejo, e as qualidades que afirmam dentro deste laboratório racial, que consideramos o maior do mundo” (RCIC, 1944, n. 3, p. 479). Para o CIC, ao colocar em contato os imigrantes com os sujeitos nacionais, eles seriam absorvidos, sobretudo no que diz respeito aos hábitos, costumes e a linguagem. Ou seja, ocorreria o mesmo processo que se deu no Sul, mas ao contrário, nacionalizando os sujeitos vindos de outras terras.

Conclusão:

A partir deste estudo foi possível constatar que, embora alguns intelectuais se posicionassem contrário às ideias ligadas ao racismo científico, também persistiram durante o Estado Novo leis migratórias que impusessem severos padrões de seleção. Por outro lado, segundo Souza (2022), as críticas ao radicalismo eugênico e racial também ganharam força, e esse movimento científico foi desarticulado a partir da segunda metade da década de 1930. O que é possível constatar é que, durante os anos da Era Vargas predominou a ambivalência nas ideias e diferentes ideologias, no entanto o governo procurou acomodá-las antes da implantação do Estado Novo.

Outro dado fundamental dessa conjuntura é que, a política varguista buscava encontrar a essencial brasileira, na própria diversidade cultural existente, a qual passou a ser identificada e valorizada na mestiçagem. Uma das maneiras do discurso oficial legitimar esse pensamento foi por meio do texto introdutório do Censo Demográfico de 1940, escrito por Fernando Azevedo. O que demonstra a importância da estratégia do governo em certificar essa informação vinculando-a num documento oficial e relevante. Para o Sociólogo, “a mistura ou caldeamento de raças heterogêneas, não eram antagônicas, é um fato normal, não só útil, mas indispensável à evolução ética do povo brasileiro. Não é um problema, mas antes a solução natural (Azevedo, 1944, p. 34). Ao ressaltar as misturas de brancos, negros, indígenas e europeus, o sociólogo afirma que:

Não se pode, pois, nem do ponto de vista racial, nem do ponto de vista econômico, subestimar a importância dessas contribuições, na composição étnica e na formação da mentalidade do povo brasileiro. Os hábitos físicos e mentais, as concepções de vida e as técnicas de trabalho tinham de forçosamente mudar com os contatos e a interpenetração das três culturas, e sob a pressão desses fenômenos resultante do contato direto e contínuo de grupo de indivíduos de culturas diferentes, com as mudanças consequentes nos padrões originais, culturais, de um ou ambos os grupos (Azevedo, 1944, p. 34).

Azevedo inclusive interpretou os deslocamentos das populações como um fator positivo, pois estes favoreceram o cruzamento, que resultou num processo biológico e natural. Para o médico Jaime Poggi, também colaborador do CIC, no Brasil não existiam preconceitos raciais no Brasil, o que contribuiu para o caldeamento das raças, branca, africana e ameríndia constituíram, a partir das quais formaram o povo brasileiro. Inclusive, o sangue mais rico e heterogêneo é uma das características das civilizações avançadas. Neste sentido, “no Brasil [...] esse caldeamento e mistura de raças, desde os albores de sua vida, pode estar preparando o húmus biológico para florir uma nova civilização” (Azevedo, 1944, p. 34).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011. p. 13.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. P. 235.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura brasileira. 2. ed. Companhia Editorial Nacional. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Bahia - Pará - Porto Alegre, 1944.

BARBALHO, Alexandre. **O Outro Nordeste**: Djacir Menezes e a sociologia do sertão. revista de história, vol. 15, n. 30, jul. -dez. de 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378283520_O_outro_Nordeste. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na Interpretação do Brasil**: tensões no paradigma racial (Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna).

Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24072009-150811/publico/TESE_RICARDO_SEQUEIRA_BECELLI.pdf. Acesso em: 2 de fev./2024.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador*: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.p. 258. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqr49>. Acesso em 13 dez de 2021. P. 258.

DEBASTIANI, Jesiane. **A Política imigratória do governo Vargas (1940-1945)**: teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização. Dissertação de Mestrado – UNESP, Assis, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/158267>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DIWAN, Píetra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo / Pietra Diwan. - 2. cd., 3a reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2015.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna**. Lua Nova (37) • 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4Ymxqzf3W57fCkXMMCwzxF/>. Acesso em: 22 de nov de 2023.

FLEURY, Maria Dóris Simões. **“A Boa Raça Europeia e Branca”**: representações do imigrante nas páginas da Revista de Imigração e Colonização (1940-1952). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/63622>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Construção do Homem Novo**. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil**: a saúde como proposta de regeneração nacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/nJkjQHMPsb33WB3L4QHdRZN/>. Acesso em: 22 de out. 2023.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Adolpho Gordo, senador da Primeira República**: representação e sociedade. 1987. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000719680>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MONTEIRO, Filipe Pinto. **O “racialista vacilante”**: Nina Rodrigues e seus estudos sobre antropologia cultural e psicologia das multidões (1880-1906). Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 193-215, jan./abr. 2020. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 22 de Nov. de 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus

identidade negra. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno**. Bauru, SP: EDSC, 2004. p. 117.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. **O sanitarismo (re)descobre o Brasil**. In: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história/ Carlos Fidelis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

Revista de Imigração e Colonização. Ano de: 1940, nº 3, 1942, nº2; 3 e 4, 1946, nº 2; 2-3, 1947, nº. 1, 1948, nº 4. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>. Acesso em 22 de Janeiro de 2023.

SANTOS, M.L. **Revisitando Arthur Ramos: a cultura negra e o debate da educação e seu poder de correção e controle social na década de 1930**. In: SILVA, E.O.C., SANTOS, I.G. and ALBUQUERQUE, S.L., orgs. A história da educação em manuscritos, periódicos e compêndios do XIX e XX [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d2cmj/pdf/silva-9788575114834-07.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2023.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As Idéias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cqF46>. Acesso em 04 de abril de 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 42, nº 89, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSvVtfKjZbRx9qXK/>. Acesso em 12 de Jan. de 2024.

VENTURA, Roberto. **Um Brasil mestiço. raça e cultura na passagem da Monarquia à República**, in MOTTA, Carlos Guilherme (org.), São Paulo, Viagem incompleta, 1º vol., Senac, 2000.

Data de Submissão: 24/05/2024

Data da Avaliação: 25/07/2024